



XIV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

A CONVIVÊNCIA ENTRE ESTUDANTES COTISTAS E NÃO COTISTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Elisa Maria Barbosa de Amorim Ribeiro
Universidade Federal da Bahia
elisambr@ufba.br

Lorene Luize Lisboa Amaral
Universidade Federal da Bahia
amarallorene@gmail.com

Adriano de Lemos Alves Peixoto
Universidade Federal da Bahia
peixoto@hotmail.co.uk

Ludmila Maria Góes de Oliveira
Universidade Federal da Bahia
maria.lud@hotmail.com

Antônio Virgílio Bittencourt Bastos
Universidade Federal da Bahia
virgilio@ufba.br

RESUMO

Desde 2003, as universidades brasileiras têm aderido a políticas de ação afirmativa. Apesar da inserção assegurada pelo vestibular e das propostas iniciais de programas de apoio à permanência do aluno cotista, o processo de inclusão dos cotistas ainda está por acontecer. Estudos têm demonstrado reduzida interação entre estudantes cotistas e não cotistas na universidade. Este estudo objetiva identificar as percepções de estudantes sobre as cotas na UFBA e suas implicações para a convivência no contexto universitário. Participaram do estudo 27 estudantes de um curso de humanas de alta concorrência. Foram realizados três grupos focais, um com alunos cotistas, outro com não cotistas e um terceiro misto. A discussão sobre as cotas foi orientada por três pontos centrais: as cotas na UFBA, no curso e na turma. Os estudantes abordaram o tema refletindo sobre os aspectos que justificam a existência das cotas; características de operacionalização da política; possíveis efeitos da interação entre grupos distintos na universidade; e a relação que a própria universidade estabelece institucionalmente com os cotistas. Os estudantes percebem a baixa interação entre os dois grupos e buscam explicá-la pelas semelhanças de background social e por percepções de injustiça.

Palavras-chave: cotas, interação, inclusão.

Introdução

Desde 2003, universidades estaduais e federais no Brasil tem progressivamente aderido à política afirmativa de cotas para grupos minoritários com o objetivo de ampliar o seu contingente no ensino superior. Em 2012, com a decisão do Supremo Tribunal Federal a favor da constitucionalidade das cotas raciais e a publicação da lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012) garantindo a reserva de 50% das vagas com base em critérios sociais e raciais, todas as universidades e institutos federais foram compelidos a adotar o sistema de cotas. A lei determina a implementação de 25% da reserva de vagas previstas a cada ano, até 2016. Após 10 anos, em 2022 a lei prevê a revisão do programa de reserva de vagas por parte do poder executivo.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) a adesão ao sistema de cotas completa agora 10 anos. O processo foi iniciado em 2002, ano em que foi constituído um grupo de trabalho para elaborar e propor a política de ações afirmativas. Após um período de avaliação (1998-2002) comparando o perfil dos estudantes inscritos no vestibular com os classificados, O GT identificou maior proporção de negros, pardos e alunos de escola pública inscritos do que classificados. Em 2004 a UFBA instaura a reserva de vagas em seu processo seletivo e propões ações concomitantes de preparação para o vestibular, permanência e pós-permanência (CONSEPPE, 2004; SANTOS & QUEIROZ, 2013).

No relatório de implantação das cotas na UFBA, Santos e Queiroz (2005) divulgaram trocas de emails entre professores publicizando o debate pró e contra cotas. Os posicionamentos favoráveis defendiam a necessidade de dar acesso a negros e índios na universidade e legitimavam o sistema de cotas como estratégia eficaz de redução da desigualdade social. As opiniões contra foram predominantes e enfatizavam o conceito de raça como não científico; as diferenças entre Brasil e Estados Unidos nas questões referentes à segregação (considerando o Brasil um país mestiço e, portanto, mais ameno neste âmbito); a dificuldade de ingresso como questão social (renda) e não racial; a ênfase no mérito como cerne do ensino superior, sendo, portanto as cotas um oportunismo; preocupações com as divisões sociais possivelmente eliciadas pela convivência entre os dois grupos.

Este debate, protagonizado no relatório de Santos e Queiroz (2005) por professores da UFBA, aparece no discurso de diferentes atores tanto dentro quanto fora da universidade, embora mais implícito e silencioso no contexto em que é operacionalizado, o acadêmico. Embora não seja explicitado no cotidiano acadêmico, uma gama de estudos produzidos pelas e nas universidades com sistemas de cotas indicam que questões centrais como meritocracia, falta de isonomia, segregação e diferenças de desempenho permeiam as crenças dos atores no cotidiano universitário e engendram suas relações (SANTOS E QUEIROZ, 2005; MENIN, 2008; TARVANARO, 2009; VALENTIM, 2012; SANTOS, 2013; RIBEIRO, PEIXOTO E BASTOS, 2013). As universidades pioneiras no processo de adesão ao sistema de cotas (UERJ, UNEB, UFBA, dentre outras) já acumulam uma década ou mais de experiência com o programa. Torna-se preciso identificar impactos da adesão ao sistema de cotas e compreender como os atores universitários (professores, funcionários, estudantes) têm convivido nesta nova realidade e quais as consequências deste padrão de interação para a permanência do cotista e a sua efetiva inclusão na comunidade universitária.

Froni (2004) questiona qual deve ser a contribuição da universidade para que a igualdade imposta pelo sistema de cotas seja refletida em oportunidades equânimes e aceitação legítima de um grupo que tem acesso às instituições de ensino superior dessa forma. Uma das sugestões da autora é o incentivo à produção de conhecimento voltada para compreender este processo de inclusão e a construção de um currículo capaz de contemplar e acolher culturas diversas. Assim, o ingresso do cotista na universidade como ação isolada, dissociada de um projeto pedagógico voltado para suprir suas necessidades

não garante redução da desigualdade, podendo implicar em evasão, retenção e desempenho insuficiente. É preciso, portanto, suplantando a natureza de normalidade atribuída ao estudante universitário não cotista por meio de contextos educativos de fato inclusivos e plurais.

A Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SUPAD) da UFBA tem realizado estudos sobre a convivência entre estudantes cotistas e não cotistas em diferentes cursos de graduação. Em um primeiro estudo exploratório, Ribeiro, Peixoto e Bastos (2013) analisaram as relações de amizade entre 94 estudantes de psicologia da UFBA, distribuídos no primeiro, terceiro e quinto semestres. Tendo como referencial a Análise de Redes Sociais, o estudo avaliou o grau de homofilia nas redes e em cada subgrupo (cotista e não cotista). Os resultados indicaram alta homofilia, ou seja, predominância de laços com membros do próprio grupo (cotistas e cotistas, não cotistas e não cotistas), principalmente no primeiro e no terceiro semestres. No quinto semestre, o subgrupo de cotistas amplia a proporção de relações com o grupo de não cotistas, influenciando o índice geral da rede que passa a apresentar leve heterofilia (tendência a relação com o diferente). Considerando a influência do tipo de ingresso (sistema universal ou cotas) na universidade sobre o padrão de interação entre os estudantes, o estudo sugere a necessidade de realização de ações de integração para ampliar a heterogeneidade destas relações.

A partir destes resultados, a SUPAD ampliou o escopo da pesquisa e realizou um estudo de corte transversal com 25 turmas do primeiro, terceiro e quinto semestres de 09 cursos de graduação (alta e baixa concorrência), abrangendo as cinco áreas de conhecimento nas quais o ingresso na universidade encontra-se organizado. Foram mapeadas as relações de 1086 alunos, totalizando 93 redes, distribuídas em quatro tipos de laço: 25 redes de amizade (quem considera seus amigos), 25 redes de informação (quem busca para saber sobre as tarefas da universidade), 23 redes de lacuna (não tem, mas gostaria de ter contato) e 20 redes de rejeição (não tem e não gostaria de ter contato). Os alunos responderam um questionário com dados sócio-demográficos e questões de mapeamento de redes. Os resultados demonstraram baixa interação entre estudantes cotistas e não cotistas nas redes de amizade e informação. Foi encontrada correlação positiva forte e significativa ($p < 0,005$) entre concorrência e homofilia, indicando que quanto maior a concorrência do curso maior a separação entre os subgrupos de cotistas e não cotistas. Na análise do grau de homofilia por subgrupo, os não cotistas apresentaram maiores índices de endogenia, ou seja, de tendência a estabelecer relações entre iguais (RIBEIRO & BASTOS, 2014).

Uma vez mapeadas as relações entre os alunos e constatada a predominante separação entre cotistas e não cotistas, principalmente nos cursos de maior concorrência, emerge a necessidade de compreender o processo de convivência entre os grupos sob a ótica dos próprios estudantes. Este estudo objetiva identificar as percepções de estudantes sobre as cotas na UFBA e suas implicações para a convivência no contexto universitário. Para tanto, ele está organizado da seguinte forma: Em um primeiro momento busca identificar se esta separação entre os grupos é percebida pelos estudantes. Deste ponto parte-se para compreender como os estudantes explicam seu padrão de interação e quais as estratégias de enfrentamento por eles sugeridas.

Para subsidiar a reflexão sobre a convivência entre estudantes cotistas e não cotistas serão utilizadas noções da teoria da Análise de Redes Sociais (ARS) e da Psicologia Social e sobre interação entre pessoas pertencentes a distintos grupos sociais. Além disso, serão descritos estudos sobre percepções de estudantes sobre o sistema de cotas e suas implicações para a vivência acadêmica.

As relações intergrupais: contribuições da Análise de Redes Sociais (ARS) e da Psicologia Social

A Análise de Redes Sociais (ARS) é um campo de estudos multidisciplinar que analisa as relações entre um grupo de atores. Ela ajuda a compreender como um ator se situa na estrutura de relações e como a estrutura emerge dessas micro relações e as constrange. A ênfase está nos processos de inserção dos atores nas esferas associativas e como estas inserções permitem desenhos mais ou menos favoráveis a estes atores e à rede como um todo.

Dentre a gama de fenômenos estudados por este campo de conhecimento, a homofilia é considerada um princípio organizativo básico das relações interpessoais e intergrupais e prediz um padrão entre associação e semelhança, no qual o contato entre pessoas semelhantes ocorre em uma taxa mais elevada do que entre diferentes. Pesquisas demonstram que, quando comparados em seus processos de formação e dissolução, laços entre atores não semelhantes são extintos com maior frequência (MCPHERSON, SMITH-LOVIN E COOK, 2001).

A homofilia pode ser diferenciada em (1) homofilia de status, quando regida por elementos sócio-demográficos que dividem os agrupamentos sociais (raça, etnia, sexo, idade, ocupação, religião, nível educacional, etc.) ou (2) de valor, quando orientada por crenças e atitudes derivadas em geral das posições sociais (LAZARFELD & MERTON, 1954). Na homofilia de valor a atração por semelhantes tende a ser mais espontânea e envolve algum grau de escolha consciente. Em geral outros tipos de homofilia derivam ou guardam forte relação com a homofilia de status ou estrutural (MCPHERSON, SMITH-LOVIN & COOK, 2001).

Os estudos em homofilia objetivam compreender porque certos tipos de laços se formam. A homofilia se expressa na tendência das relações se formarem entre pessoas do mesmo gênero, idade, raça ou ocupações, etc. Existem explicações estruturais e de conteúdo para a homofilia. As estruturais focam nas razões contextuais para formação de laços de homofilia, enfatizando que o fato de pessoas semelhantes estarem no mesmo lugar ao mesmo tempo, circunscreve o potencial de estabelecimento de relações (HANEMMAN, 2001). McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001), destacam elementos como proximidade geográfica, núcleos familiares, organizações e posições isomórficas em sistemas sociais na criação de contextos nos quais as relações de homofilia se formam.

Há uma ampla variedade de estudos sobre homofilia, seja considerando as diversas variáveis utilizadas como critério para comparação de grupos (idade, religião, raça, etnia, ocupação e gênero), seja observando os diversos contextos estudados (casamento, escolas, trabalho, associações voluntárias, etc.). Dentre todos os estudos, a homofilia por raça e etnia são as que promovem divisões sociais mais intensas no ambiente interpessoal. Este tipo de homofilia está associado às diferenças de posições nos grupos em outras dimensões como ocupação, religião, educação e renda.

Enquanto a ARS busca explicar o processo de formação de laços pela força atrativa das semelhanças de categorias sociais, a Psicologia Social analisa a influência das categorias sociais na construção da identidade dos indivíduos, a importância deste sentimento de pertencimento para o bem estar destes e seus efeitos nas relações intergrupais.

A identidade social orienta a forma como os indivíduos pensam, sentem e agem em relação a membros de outro grupo. Consiste na consciência de pertencimento a um determinado grupo e no afeto gerado por esta pertença (TORRES & CAMINO, 2011), o que determina a representação cognitiva de si e dos demais de outra categoria social ou grupo. O processo de categorização social amplia as diferenças entre membros de grupos distintos, ao mesmo tempo em que intensifica as semelhanças entre membros do

endogrupo. Isto acontece por meio da representação estereotipada dos membros de um grupo. Deste movimento surge a diferenciação grupal, que é justamente a polarização entre o endogrupo e o exogrupo, o “nós” e o “eles” (HOGG & ABRAMS, 2005).

A percepção da existência de diferentes categorias sociais e o sentimento de pertença torna as relações intergrupais etnocêntricas e competitivas. A integração entre a identidade grupal e pessoal faz com que as pessoas definam e compreendam a si mesmas em termos dos grupos aos quais pertencem, gerando disputas de prestígio e status. As relações intergrupais são orientadas pelas necessidades das pessoas em sentirem-se bem, saberem quem são, qual o papel que exercem no mundo e qual o *script* adequado nas relações interpessoais (redução da incerteza) (HOGG, & ABRAMS, 2005).

Se por um lado a ARS considera o fenômeno da homofilia como uma tendência “natural”, a psicologia social considera o processo de categorização social como inerente ao funcionamento cognitivo e como esperados os conflitos intergrupais. Mas estudos em ambos os campos de conhecimento tem demonstrado prejuízos na exacerbação destes padrões de interação, principalmente em um tempo de grande ampliação dos contatos intergrupais nos espaços educacionais e de trabalho.

A homofilia pode ser disfuncional não apenas para as organizações, mas também para os atores. Nas diversas redes pessoais que interatuam (amizade, informação, casamento, etc.) a homogeneização resultante da homofilia limita a variedade de informações disponíveis na rede, as experiências vividas pelos atores e conseqüentemente o leque de atitudes que formam (MCPHERSON, SMITH-LOVIN E COOK, 2001). Para Krackhardt e Stern (1988) a tendência natural à conformação de laços internos em organizações de trabalho é disfuncional e a formação dos laços deve ser gerida estrategicamente no intuito de ampliar os laços com membros do exogrupo.

Para redução dos conflitos intergrupais, a psicologia social sugere que a ampliação do contato intergrupar deve ser gerida de modo a não pressionar para a fusão dos grupos envolvidos, o que ameaçaria a identidade dos membros. A estratégia seria criar condições para reconfiguração das relações a partir de uma identidade supraordenada, respeitando as diferenças dos grupos e preservando aspectos centrais de suas identidades (HOGG & ABRAMS, 2005).

Percepções sobre o sistema de cotas e seus desdobramentos no contexto universitário

Alguns estudos no Brasil têm sido conduzidos de modo a avaliar a percepção dos universitários sobre as cotas. Menin (2008) estudou a representação avaliativa de 403 universitários sobre estudantes cotistas. O conflito entre mérito e igualdade compensatória foi predominante, havendo clara rejeição à política afirmativa de cotas. Tarvanaro (2009) realizou um estudo sobre representações sociais de justiça subjacentes ao sistema de cotas para estudantes de quinto ano de direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Dos 84 participantes do estudo, 65 declaram oposição ao sistema de cotas raciais fazendo uso do argumento de isonomia. A formação de cunho tecnicista em direito foi apontada como propulsora da predominância de uma representação formal de justiça (representação acrítica e dissociada do contexto em que se insere) diante das cotas expressa no relato dos estudantes.

Um estudo realizado por Valentim (2012), sobre a percepção de ex-alunos cotistas graduados sobre sua trajetória universitária, demonstra a meritocracia como principal dúvida direcionada aos cotistas e que a trajetória universitária foi marcada pelo estigma ligado à condição de cotista. A permanência na universidade e conclusão do curso foram viabilizadas por bolsas fornecidas pela universidade, pelo trabalho em paralelo aos estudos e via suporte social de redes de solidariedade.

Piotto (2010) entrevistou universitários de uma universidade pública, oriundos de camadas populares no intuito de discutir aspectos subjetivos da vivência acadêmica. Os estudantes relataram sentimento de não pertencimento ao grupo e dificuldade em conviver com os colegas da universidade por conta da discrepância da renda e da consequente diferença cultural. Diante dos esforços de ampliação do contingente de alunos de camadas populares na universidade, a autora destaca a necessidade de prover intervenções para minimizar as dificuldades enfrentadas.

Melo, Dantas, Fernandez, Pereira e Chaves (2014) investigaram as representações sociais de 66 estudantes da Universidade Federal da Bahia a respeito das cotas universitárias. O questionário utilizado abrangia um teste de evocação para as palavras cotas e cotistas e duas perguntas sobre o posicionamento e o grau de conhecimento sobre a política afirmativa de cotas. Os resultados indicam que a política de cotas é percebida como inclusiva e dirigida pra estudantes de escola pública e negros. A análise das questões abertas demonstra que os principais argumentos a favor ou contra as cotas enfatizam o critério racial em detrimento do social. O estudo destaca ainda a presença de evocações ambíguas, a exemplo da palavra “preconceito”, podendo referir-se ao preconceito dirigido aos cotistas ou à atribuição de natureza discriminatória ao sistema de cotas.

Camino et al (2014) estudaram os repertórios discursivos sobre cotas raciais de 105 estudantes da Universidade Federal da Paraíba. Os pesquisadores pediam que os alunos se posicionassem por escrito quanto ao fato dos negros alegarem a necessidade de políticas compensatórias por conta da discriminação por eles sofrida. A análise dos resultados evidenciou quatro classes discursivas, sendo comum a todas elas uma forte oposição às cotas raciais. Na primeira delas, há o argumento da não diferença intelectual entre brancos e negro. A segunda classe discursiva atribui à pobreza e não à raça, as diferenças sociais existentes entre os dois grupos. Portanto, partir destas percepções, os estudantes apontaram que as cotas deveriam estar baseadas em critérios sociais. Nas últimas duas classes foi salientada a possibilidade de o sistema de cotas diminuir a qualidade de ensino das universidades, havendo o argumento de que o melhor seria investir na educação básica.

Embora ambos os estudos indicarem oposição dos alunos às cotas raciais, o uso do texto sobre negros alegando compensações pode ter contribuído para a predominância da percepção das cotas como raciais e para a emergência de discursos evocando argumentos de isonomia e justiça. A percepção de ameaça à qualidade do ensino na universidade pelo questionamento quanto ao desempenho dos alunos cotistas aparece apenas no segundo estudo. Vale ressaltar ainda os momentos distintos das duas universidades no processo de adesão ao sistema de cotas, uma no primeiro ano de adesão ao sistema, a UFPB, e a outra completando 10 anos da política. De qualquer forma, é preciso refletir os motivos da escolha por uma pesquisa sobre cotas raciais quando o sistema de cotas adotado pela UFPB abrange critérios sociais e raciais. Embora o resultado pudesse ser o mesmo, a consigna da pesquisa poderia ter sido aberta sobre cotas e não dirigida a cotas raciais.

Santos (2013) analisou as diferenças de percepção de vivência acadêmica de estudantes cotistas (N=1771) e não cotistas (N=3137) da Universidade Federal da Bahia. O estudo comparou o poder preditivo de componentes de variáveis de integração social e acadêmica em relação à satisfação coma formação e intenção de evasão dos estudantes.

Dentre as seis variáveis consideradas no estudo (Integração Social com Professores, Maturidade de Carreira, Satisfação com o Desempenho, Comprometimento com a Meta de Graduação Inespecífica, Percepção de Oportunidades de Mercado e Integração Social com Colegas), a maturidade na carreira foi a que mais explicou a variância os escores de estudantes cotistas em relação à satisfação com a formação. Maturidade na carreira refere-se a aspectos inerentes à escolha do curso e da carreira e à competência pessoal para ambos. Já para estudantes não cotistas, a integração social com professores foi a variável com maior poder explicativo. A integração social foi uma variável de distinção entre os dois grupos, sendo mais considerada pelos cotistas como fator de relevância na satisfação com a formação do que pelos não cotistas.

Os resultados de Santos (2013) podem indicar diferenças na natureza da relação estabelecida entre professores e estudantes cotistas e não cotistas na UFBA. A maior importância da integração social para estudantes cotistas pode representar o papel da integração social, como estratégia de busca por suporte social no processo de integração acadêmica. Embora os estudantes cotistas valorizem a integração social como fator de satisfação isso não indica que ela aconteça, principalmente com estudantes não cotistas.

No contexto americano, Schofield, Hausmann e Woods (2010) realizaram um estudo longitudinal para avaliar preditores da formação de amizades intergrupais entre estudantes universitários negros e brancos. Estudantes calouros responderam três questionários sobre a vida no campus e as relações intergrupais, distribuídos em três períodos no primeiro ano da universidade. Os resultados do estudo fortalecem a asserção de que o contato entre negros e brancos na universidade favorece a formação de laços intergrupais. Amizade intergrupo esteve relacionada a contato indireto (ser amigo de alguém que tem amigos de outra raça), contato intergrupais anterior (ter tido amigo de outra raça em anos escolares anteriores), menor nível de preconceito anterior (ao ingresso na universidade), desempenho acadêmico e ter um companheiro de quarto na universidade. Estudantes afro americanos com altos escores tendem a ter mais relações intergrupais. Os autores consideram que o preparo anterior em escolas predominantemente brancas pode ser um fator que facilita a inserção na universidade. Além disso, ter uma média alta pode fazer com que o estudante negro sinta-se mais a vontade pra estabelecer contato com o estudante branco. Para os autores, estes resultados evidenciam que a promoção de atividades que exijam a participação de grupos diversos favorece a formação de amizades intergrupais.

De volta ao contexto brasileiro, a dificuldade de alunos cotistas em estabelecer relações interpessoais no ambiente acadêmico foi apontada no estudo de Sousa, Bardagi e Nunes (2013). O estudo comparou a autoeficácia na formação superior e as vivências acadêmicas de estudantes cotistas e não cotistas por meio de dois instrumentos, a escala de Autoeficácia na Formação Superior (AEFS) avaliando e o Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA). Ambos os instrumentos avaliam aspectos formais (carreira, planejamento, metas, etc.), subjetivos (autoconceito, proatividade, etc.) e interacionais (relacionamento). O grupo de cotistas apresentou médias significativamente mais baixas em autoeficácia na interação social (AEFS) e na dimensão interpessoal (QVA). Significa dizer que, quando comparados aos não cotistas, os cotistas percebem dificuldades maiores na habilidade de formar vínculos de amizade e possuir rede de apoio na universidade.

O cenário apresentado acima indica que apesar da inserção assegurada pelo vestibular e das propostas iniciais de programas de apoio à permanência do aluno cotista, o processo de inclusão dos cotistas na universidade ainda está por acontecer. Embora haja uma crescente valorização da ética da diversidade e a concretização de ações afirmativas nos variados espaços sociais, estas não têm sido acompanhadas por ações preventivas de promoção de integração dos grupos sociais envolvidos. A gestão universitária ainda passa ao largo da adoção de estratégias de inclusão e manejo da diversidade e promoção de uma

cultura organizacional favorável à convivência das diferenças instituídas por seu processo seletivo.

Método

Com o objetivo de descrever as percepções dos alunos sobre a integração entre cotistas e não cotistas na universidade foram realizados três grupos focais com estudantes de um curso da área de humanas, de alta concorrência. Os grupos foram conduzidos por integrantes da equipe de pesquisa, psicólogos ou estudantes de psicologia, previamente treinados na mediação de grupos focais.

Participaram dos grupos focais 27 estudantes de diferentes semestres, distribuídos entre três grupos (seis a doze participantes). Um grupo foi composto de forma mista (presença de alunos cotistas e não cotistas) e outros dois foram compostos apenas por estudantes de um dos grupos (um de cotistas e outro predominantemente de não cotistas). O grupo com apenas cotistas contava com seis participantes; o grupo misto contava com nove participantes, cinco cotistas e quatro não cotistas; e o grupo predominantemente não cotista contava com 12 participantes, um cotista e 11 não cotistas. Sendo que esse estudante que ingressou pelo sistema de cotas, disse não se perceber como cotista por ser proveniente do colégio militar.

O objetivo da formação de dois grupos “puros” (apenas de cotistas ou não cotistas) foi de gerar espaço para expressão de crenças a favor ou contra as cotas. Embora seja possível que expressem opiniões divergentes sobre o tema, o fato de estarem entre “iguais” reduz o desconforto da discordância. Neste sentido, compreender suas crenças sobre cotas e sobre a integração dos dois grupos pode auxiliar na construção de estratégias de intervenção na melhoria da coesão entre cotistas e não cotistas.

A discussão sobre as cotas foi orientada por três pontos centrais: as cotas na UFBA, no curso e na turma. O tema da convivência entre os dois grupos só foi aprofundado quando emergiu de forma espontânea na fala dos alunos. Uma vez emergido o tema, foram discutidas possibilidades de causas e sugestões de estratégias de enfrentamento.

Os grupos foram gravados e transcritos. As categorias foram construídas com base nos temas emergidos. Estes foram avaliados quanto à frequência, bem como quanto ao sentido que assumem no contexto da problemática estudada.

Resultados

Ao ouvirem a consigna “*Cotas na UFBA, e aí*” os estudantes abordaram o tema refletindo sobre os aspectos que justificam ou motivam a existência das políticas afirmativas; as características de operacionalização da política; possíveis efeitos da interação entre grupos distintos na universidade e fora dela; e a relação que a própria universidade estabelece institucionalmente com os cotistas.

Cada tópico descrito acima abrange suas respectivas categorias que adquirem sentido e relevância distinta a depender da composição do grupo estudado. As categorias e suas respectivas frequências de evocação são demonstradas na Figura 1.

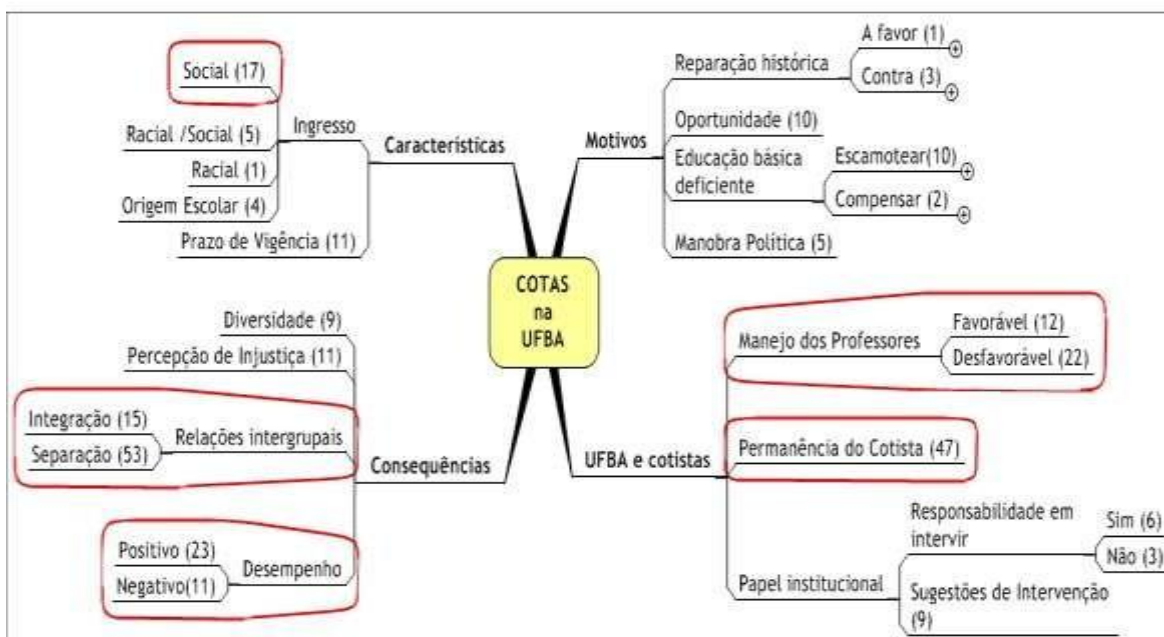


Figura 1: Categorias e suas respectivas frequências de evocação

Ao iniciar as discussões nos grupos focais, em geral, os alunos abordam o tema a partir dos motivos que justificam (ou não) a implementação da política: reparação histórica; abertura de oportunidade para uma parcela da população antes sem acesso à universidade; como forma de suprir ou escamotear as deficiências da educação básica; ou ainda como forma de manobra política para obter apoio das minorias.

Elementos que caracterizam a política afirmativa no âmbito operacional, como os critérios de ingresso e o prazo de vigência estão também presentes nas falas iniciais sobre o tema. O debate sobre os critérios adequados ou não para o ingresso por cotas não aparece no grupo formado apenas por alunos cotistas. Nos demais grupos a argumentação mais persistente é em favor do critério social como determinante para o ingresso por cotas na universidade. Pelo teor dos argumentos, parece haver uma compreensão das cotas na UFBA como predominantemente “raciais”, o que destoa dos critérios atualmente adotados (sociais e raciais).

Apenas nos grupos misto e de não cotistas aparece a discussão sobre o prazo de vigência das cotas. Os estudantes consideram que a medida deveria ter um prazo delimitado para existir. O principal argumento utilizado é o de que a melhoria da educação básica tornaria a cota desnecessária.

A discussão cerne deste estudo, sobre a convivência entre cotistas e não cotistas no contexto universitário, surge quando os mediadores dos grupos convocam os estudantes a refletir sobre as cotas no seu curso e na sua turma. A partir desta provocação, os alunos discutem sobre possíveis consequências da inserção de “diferentes” na universidade (efeitos da interação entre grupos distintos e desempenho) e sobre a relação que a própria universidade estabelece institucionalmente com os alunos cotistas (UFBA e os cotistas). São identificados sentimentos de percepção de falta de equidade e justiça e reflexões sobre a promoção de diversidade, igualdade ou separação entre grupos de cotistas e não cotistas. Embora não “provocado” pelos mediadores, o tema do desempenho acadêmico satisfatório ou insatisfatório permeia as discussões nos grupos.

A separação entre cotistas e não cotistas é apontada em todos os grupos focais, com maior predominância nos grupos “puros”, e com maior frequência no grupo de cotistas. No

grupo de não cotistas é percebido como algo que ocorre em outras turmas e cursos. No grupo de não cotistas a separação entre os grupos é relatada como algo experimentado no cotidiano da universidade.

“Eu ouço,... que na sala de Júnior... que uma parte da sala senta quem é cotista e a outra parte senta quem não é cotista...” (grupo não cotistas);

“... de ver mesmo separação relacionada a questões sociais, pessoas que têm um maior poder aquisitivo que andam em grupinhos, pessoas que têm determinadas afinidades musicais que andam em grupinhos” (grupo misto).

“As coisas de discriminação dos cotistas, eu nunca senti,... pelo menos no nosso curso, mas eu vejo que acontece... na porta dos banheiros femininos do PAF1...tem várias coisas assim: o banheiro está assim por causa dos cotistas, várias coisas escritas, daí pra pior” (grupo não cotistas).

“Mas a pessoa passa pela gente no corredor, estuda na mesma sala e não dá um bom dia? A gente vai querer fazer festinha junto?”(grupo cotistas);

“E acho até que as pessoas já sabem, mesmo que não falem na sala, mas já sabem identificar que ali é cotista ali não é. Tanto que eu entrei depois, aí quando eu entrei os grupos já estavam todos formados, porque na primeira semana já forma, porque as pessoas já identificam logo” (grupo cotistas).

Quando convocados a explicar possíveis motivos que conduzem à separação entre os grupos os alunos ressaltam questões como hábitos, lugares frequentados e consonância das rotinas entre pessoas de origens e renda semelhantes.

A percepção de falta de equidade e justiça emerge apenas no grupo de estudantes não cotistas e tem clara relação com a disputa de vagas no vestibular.

“...eu tentei vestibular no primeiro ano, de 90 vagas eu fiquei em septuagésimo, mas mesmo assim não fui aprovado por causa das cotas, no outro ano eu me sai bem melhor” (grupo não cotistas);

“...eu passei no segundo semestre eu não passei em janeiro, passei só na segunda, eu tive uma boa colocação no vestibular... um cotista que ficou muito atrás de mim, muito atrás de mim passou, e eu por muito pouco “pagaria” por isso”.

Esta percepção de injustiça é colocada por um dos alunos como um possível motivo de baixa integração entre alunos cotistas e não cotistas. Na fala que se segue, o aluno simula estar na posição de quem se sente injustiçado pelas cotas: “*eu discrimino Joana não porque ela é menos que eu ou porque ela não tem tanta inteligência, mas porque ela é cotista e podia roubar minha vaga, me parece que é um pouco mais isso*” (grupo não cotista).

Quanto ao desempenho acadêmico, em geral os alunos relatam conhecer colegas cotistas com bom desempenho.

“tem muitas pessoas inteligentes entre os cotistas, que são responsáveis também pra estudar... muitos não são, como os não cotistas também...acho que não mudou o desempenho” (grupo não cotista).

Quando comentam sobre o desempenho baixo, relacionam com as condições de vida do estudante cotista e com a formação anterior de má qualidade. O tema da dificuldade de permanência na universidade emerge como problema vivenciado pelos cotistas:

“...gera um disparate nos dois sentidos, tanto em permanência quanto aprendizado, porque se você tem toda uma estrutura à sua volta, a disponibilidade de um computador pra você levar pra faculdade, ...dinheiro até pra se alimentar,... tem realidades absurdas, diversas dentro da

universidade...na nossa turma mesmo entrou uma menina que saiu, por que ela não tinha dinheiro pra ir pra faculdade...” (grupo não cotista).

No grupo de alunos cotistas a discussão sobre o desempenho encaminhou-se na expressão das próprias dificuldades vividas nas avaliações das disciplinas cursadas. Essa dificuldade foi expressa nas disciplinas de estatística, no volume de assuntos, e na exigência dos trabalhos.

“E quando eu chego na faculdade foi muito impacto, porque aquela coisa de estudar um dia antes não rola. E até hoje eu ainda não superei isso, estou tentando superar. E os trabalhos também, pra mim ainda é muita dificuldade ,eu nunca tive esse habito de estudar pra fazer um trabalho bem feito, sabe?” (grupo cotista).

Outro momento das discussões que o desempenho aparece como tema é quando são citados exemplos sobre o trato dos professores com alunos cotistas.

“... ele mostrou as provas e falou: pela escrita ou pela argumentação aqui da pra perceber quem é de cotas, quem tinha berço e quem não tinha, quem estudou em escola particular e pública. E eu me senti muito mal por isso, porque eu vim de uma escola pública” (grupo cotista).

“...sempre esperam dos cotistas que tirem as notas menores” (grupo cotista, sobre manejo de um professor em sala).

“foi num curso de exatas...um professor chegou a verbalizar em sala de aula que os cotistas eram burros e que tinham um desempenho menor” (grupo não cotistas).

No âmbito institucional, a necessidade de ações da universidade direcionadas à permanência do cotista na universidade é enfatizada pelos alunos. A dificuldade de permanência é mais associada à dificuldade financeira e as reivindicações são quase sempre relativas a programas de assistência estudantil. A relação entre professores e alunos cotistas e se ela auxilia ou não a integração do estudante cotista sempre é trazida como fato relevante da inclusão deste aluno na universidade.

“Ainda que não fizessem nada, nenhuma intervenção direta, a própria postura de não adotar a ideia “cotista” (grupo cotistas).” “Eu tenho um vizinho que ele faz matemática e ele disse que o professor falou que depois das cotas todo mundo fica pedindo seminário em matemática...ele foi claro na sala de aula que depois que inventaram as cotas ta essa decadência no ensino” (grupo cotistas).

Ao avaliar a participação nos grupos focais os alunos consideraram relevante discutir sobre as cotas na universidade e explicitar questões antes veladas. Uma das sugestões de intervenção para reduzir a segregação entre os grupos foi promover discussões sobre o tema na universidade.

“Explicar um pouco das cotas, para as pessoas poderem entender mais sobre isso, eu mesmo não entendo, porque tem gente que fala, mas realmente não sabe o que é.” (grupo não cotistas).

A diferença na frequência e natureza das falas nos grupos focais pode ter sido favorecida pela composição dos grupos. Diante de um tema que suscita debates, estar entre “iguais” ou diferentes influencia o grau de conforto ou desconforto em posicionar-se.

A percepção de separação entre os dois grupos foi mais frequente no grupo de cotistas. Os estudantes consideram esta separação como um elemento que dificulta a vivência no cotidiano universitário. Os participantes deste grupo debruçaram-se sobre sua vivência acadêmica enfatizando a relação com colegas e professores e sobre seu

desempenho acadêmico. Os grupos misto e de não cotistas tendem a lidar com a separação entre os grupos como algo que acontece distante do seu cotidiano, quase sempre exemplificada em outras turmas e/ou outros cursos. A queixa sobre a inexistência de um prazo delimitado para as cotas ou a percepção de injustiça apareceu com maior veemência no grupo de não cotistas. A expectativa negativa e o trato inadequado, por parte do corpo docente em relação aos cotistas é exemplificada nos três grupos.

Os alunos identificam a homofilia e buscam explicá-la por duas razões centrais. Uma, a explicada pelo próprio fenômeno da homofilia, a tendência à relação entre iguais. A outra, a percepção de injustiça de que o “cotista” ocupou meu lugar ou de alguém próximo. Poder-se-ia pensar nesta percepção de injustiça como emblema de um debate maior pro e contra cotas que percorre o imaginário dos atores universitários de forma silenciosa. A expressão das controvérsias na maioria das vezes não se dá por palavras, mas parece refletir-se sobre as escolhas no processo de formação de laços.

Conclusões

Uma vez evidenciada a baixa interação entre estudantes cotistas e não cotistas na universidade, principalmente nos cursos de alta concorrência, e reconhecidos os benefícios da integração para ambos os grupos, é preciso avançar em estratégias de intervenção nesta direção.

Primeiro, ao pensar na Universidade como uma organização, e na adoção da política afirmativa de cotas como uma mudança de cultura organizacional, torna-se preciso avaliar os paradigmas desta mudança e o quanto estes foram “assimilados” pelos atores institucionais: professores, gestores, corpo administrativo, alunos e pela própria UFBA. Não se advoga um pensamento consonante sobre a política, mas uma reflexão amadurecida e menos estereotipada dos seus objetivos, consequências e implicações para a universidade e seus alunos. A pergunta principal aqui é se houve algum tipo de ação para gerir esta mudança. Embora nos relatos sobre a implementação das cotas uma série de medidas além da reserva de vagas fosse mencionada, não parecem ter sido efetivadas ou não o foram na amplitude necessária.

A partir das reflexões dos alunos sobre sugestões de intervenção e dos estudos anteriores sobre cotas, é possível vislumbrar três eixos de intervenção: pedagógico, assistencial e relacional.

No eixo pedagógico a figura do professor ganha destaque em seu genuíno papel de educador em que fatores como expectativa positiva ou negativa sobre o aluno e o manejo da turma como grupo têm influência sobre o aprendizado. A promoção mediada do debate sobre cotas, a mediação em sala na ampliação da integração entre os dois grupos (por exemplo incentivo à formação de grupos mistos na realização de trabalhos), o feedback contínuo das necessidades de melhoria dos alunos são exemplos de atitudes pedagógicas favoráveis à inclusão do aluno cotista. Antes de pensar em exemplos operacionais, o professor precisa entrar em contato com suas próprias imagens sobre a política afirmativa e cotas, como estas imagens se expressam na sua prática em sala de aula e avaliar o quanto elas favorecem a formação de todos os seus alunos.

Ainda no eixo pedagógico, mas no âmbito de programas institucionais, é consenso entre os atores a má qualidade da educação básica na escola pública (com exceção dos colégios militares e federais). Torna-se preciso consolidar e ampliar experiências de monitoria no desenvolvimento das habilidades básicas como escrita e manejo de conceitos matemáticos. Os cursos de idiomas são bastante requisitados pelos alunos e nos últimos anos a UFBA tem ampliado a oferta de programas para atender esta necessidade. Isso pode

servir de modelo para outras ações de intervenção sobre as deficiências de formação dos estudantes.

No plano assistencial, embora os programas de assistência estejam com metas de ampliação explícitas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA, a oferta parece ainda não abranger o contingente necessário. Este estudo não teve como objetivo realizar este diagnóstico entre o volume ofertado e a demanda dos estudantes. Mas nos três grupos focais realizados os alunos reconhecem a existência dos programas, mas avaliam que há muitos estudantes sem acesso a estes programas e chegam a relatar alguns casos de evasão da universidade por alunos que não foram beneficiados por estes programas. Torna-se preciso dimensionar a proporção de estudantes assistidos em relação à demanda e concentrar recursos para diminuir este hiato ou outras formas alternativas de suprir estas necessidades

Por fim, no âmbito relacional, foco do nosso estudo, a primeira intervenção sugerida é a realização de um seminário de avaliação dos 10 anos de cotas na UFBA. Neste seminário, junto a outros trabalhos sobre cotas produzidos na UFBA, discutir amplamente os resultados deste estudo com a comunidade universitária (professores, coordenadores, funcionários e alunos). A demonstração da convivência em subgrupos fechados junto à abertura do debate sobre a influência deste padrão de interação para a formação pode ser o princípio de um processo de elaboração e mudança rumo à integração destes. A construção conjunta de um plano de intervenção para melhoria da integração pode garantir a adesão à implementação destas intervenções. Além disso, é preciso dar visibilidade ao tema e abrir espaços para expressão das diferentes opiniões nos micro espaços institucionais (salas de aula, colegiados, diretórios acadêmicos, etc.). A promoção deste debate com a adequada mediação pode favorecer a escuta e mudanças de atitude em relação ao tema.

Na direção da gestão da mudança organizacional, a promoção de espaços de discussão, de explicitação de crenças sobre as cotas e a desmistificação de estereótipos direcionados à política (como, por exemplo, de que é essencialmente racial), junto à compreensão dos efeitos da diversidade na eficácia organizacional, constitui o primeiro passo para integração.

Referências Bibliográficas

- BRASIL Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012. Novo Código Civil Brasileiro. Legislação Federal. Sítio eletrônico internet - planalto.gov.br
- CONSEPE, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Altera a Resolução 01/2002 do CONSEPE. Estabelece reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA realizada através do Vestibular. Resolução n. 01/04, de 26 de julho de 2004. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001.2004.pdf>
- CAMINO, L. et al . Repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, p. 117-128, 2014.
- FORONI, Y. M. D. F. Cotas para negros na universidade: um compromisso educativo de promoção de igualdade racial e social. *Pucviva*, v. 21, p.41-47, 2013.
- HANNEMAN, R.A. *Introduction to Social Network Methods*. Riverside: University of Califórnia, 2001.

HOGG, M. & ABRAMS, D. Intergroup Behavior and Social Identity. In: HOGG, M. ANDA COOPER, J. *The sage handbook os Social Psychology*, 2.ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

KRACKHARDT, D. & STERN, R. Informal networks and organizational crises: An experimental simulation. *Social Psychology Quarterly*, v.51, n.2, p. 123-140, 1998.

LAZARFELD, P. F., & MERTON, R. K. Friendship as a social process: A substantive and methodological analysis. In: BERGER, M.; ABEL, T. & PAGE, C. (orgs) *Freedom and control in modern societ*. New York: Octagon Books, 1954.

MCPHERSON, M., SMITH-LOVIN, L., & COOK, J. M. Birds of a feather: Homophily in social networks. *Annual review of sociology*, v. 27, p. 415-444, 2001.

MELO, C.; DANTAS, G.; FERNANDEZ, Z.; PEREIRA, M., CHAVES, A. Representações sociais de estudantes da UFBA sobre as cotas universitárias. *Psicologia e Saber Social*, v. 3, n. 1, p. 5-69, 2014.

MENIN, M. S. DE S. et al. Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores. *Educação e Pesquisa*, v. 34, n. 2, p. 255-272, 2014.

PIOTTO, D.C. Universitários de camadas populares em cursos de alta seletividade: aspectos subjetivos. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 11, n.2, p. 229-242, 2010.

RIBEIRO, E.M.B.A.; BASTOS, A.V.B. A homofilia por cotas em cursos de alta e baixa concorrência na Universidade Federal da Bahia. In: III Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining. Brasília, 2014. Disponível em: <https://sites.google.com/site/brasnam2014/artigos-publicados>

RIBEIRO, E. M. B. A.; PEIXOTO, A. L. A.; BASTOS, A.V.B. Cotas e diversidade social no ensino superior: um olhar a partir da análise de redes sociais. In: XXXIV Congresso Interamericano de Psicologia, 2013, Brasília. Programação científica. Brasília: CIP, 2013. V. 1. P. 241-241, 2013.

SANTOS, J. T. & QUEIROZ, D.M. As cotas na UFBA: Relatório Final. 2015. Disponível em: <http://200.18.45.28/sites/afirme/docs/Artigos/es05.pdf>

SANTOS, P.V.S. Adaptação à universidade dos estudantes cotistas e não cotistas: relação entre vivência acadêmica e intenção de evasão. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal da Bahia. 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/14513>

SOUSA, H. B., PATTA, M., & NUNES, C.H.S.S. Autoeficácia na formação superior e vivências de universitários cotistas e não cotistas. *Avaliação Psicológica*, v.12, n.2, p. 253-261, 2013.

SCHOFIELD, J. W., HAUSMANN, L. R. M., YE, F. AND WOODS, R. L. Intergroup friendship on campus: predicting close and casual friendships between White and African American first-year college students. *Group processes & intergroup relations*. v. 13, n. 5, p. 585-602, 2010. Disponível em: <http://gpi.sagepub.com/content/13/5/585>.

TAVARNARO, V. G. Representações de justiça dos alunos do quinto ano do curso de direito da UEPG a partir da análise do sistema de cotas raciais. Dissertação (Mestrado em educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2009. Disponível em: http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=412

TORRES, A.R.R. e Camino, L. Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In: CAMINO, L.; TORRES, A.R.R.; LIMA, M.E.O.; PEREIRA, M.E.P. *Psicologia Social: sistemas e teorias*. Brasília: Technopolitik, 2011.

VALENTIM, D. F. D. Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico. Rio de Janeiro, 234p. Tese de doutorado Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.